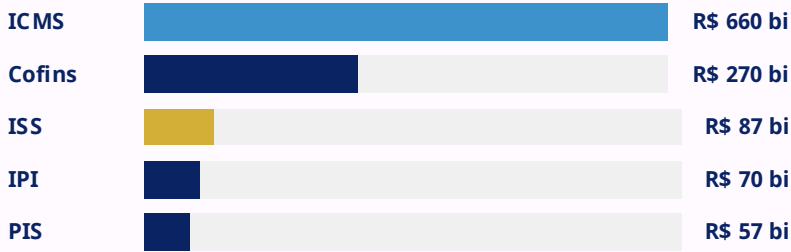

Planejamento Tributário em Tempos de Reforma

Desafios e Oportunidades para as Empresas
Brasileiras

Matheus Rodrigues de Abreu

O Sistema Tributário Brasileiro: Diagnóstico e a Necessidade de Mudança

Principais Tributos do Sistema Atual (em R\$ bilhões)



Complexidade e Cumulatividade

Um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, com sobreposição de tributos e distorções econômicas. Impostos como ICMS e PIS/Cofins possuem restrições que limitam a aplicação plena do princípio da não cumulatividade.

Alta Carga Administrativa

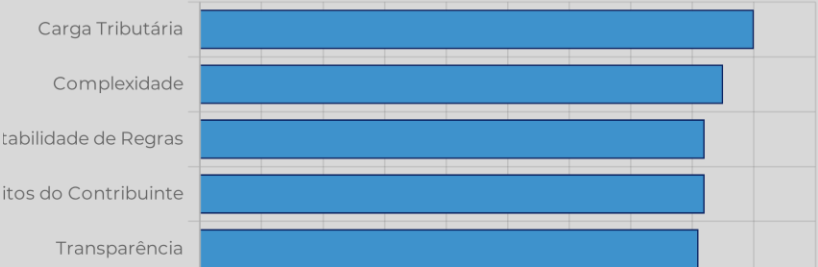
Guerra Fiscal

A estrutura do ICMS, baseada no critério de origem, incentiva estados a concederem benefícios fiscais para atrair empresas, resultando em um "jogo de perde-perde" que gera alocações ineficientes e aumenta a complexidade.

Impacto Negativo

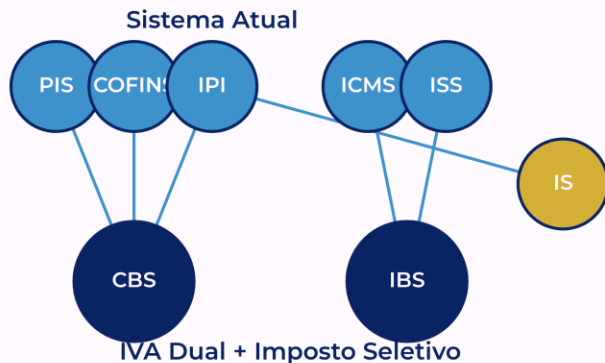
A complexidade e a regressividade do sistema atual têm sido obstáculos significativos para o desenvolvimento econômico e a justiça fiscal, prejudicando a competitividade da produção nacional e sobrecarregando as classes de menor renda.

Avaliação Negativa do Sistema Tributário Brasileiro



A Reforma Tributária Brasileira: A Proposta do IVA Dual

Modelo do IVA Dual na Reforma Tributária



📄 Emenda Constitucional nº 132/2023

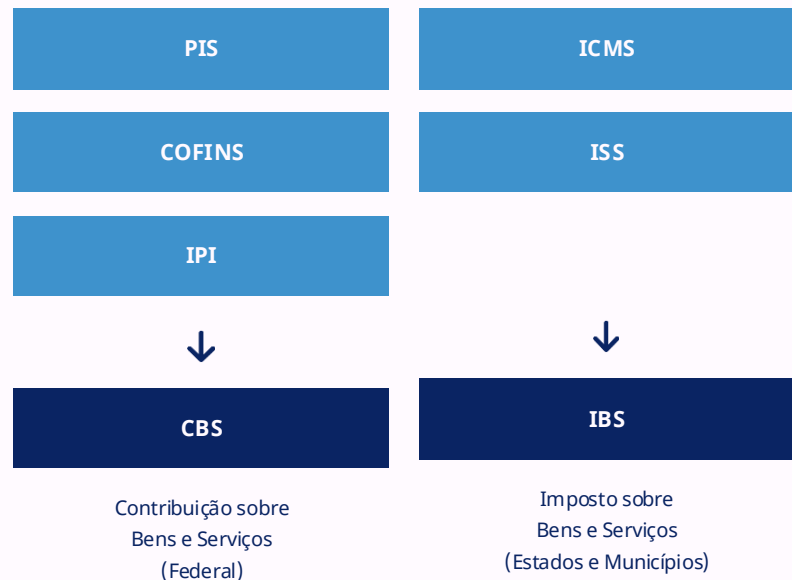
A reforma tributária brasileira culminou na aprovação desta Emenda, que visa simplificar e aprimorar o sistema tributário, reduzir a litigância judicial e aumentar a transparência.

✅ Objetivos do IVA Dual

Eliminar a cumulatividade, promover maior transparência e equidade, e aumentar a neutralidade fiscal, garantindo que os impostos incidam apenas sobre o consumo final.

Substituição de Tributos

A principal mudança é a extinção de cinco tributos atuais por dois novos impostos, formando o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual:



O Cronograma da Transição Tributária (2026-2033)

Linha do Tempo da Implementação da Reforma



Transição Gradual

A transição para o novo sistema ocorrerá de forma gradual, estendendo-se por um longo período de 2026 a 2033, permitindo adaptação progressiva das empresas e dos entes federativos.

2025: Ano do Diagnóstico

As empresas terão acesso a simulações do novo sistema, mesmo ainda pagando pelos modelos atuais. Um marco estratégico para adaptação, permitindo que as empresas, com estrutura e dados

2026

CBS e IBS começam a ser testados, com incidência simbólica nas notas fiscais (CBS em 0,9% e IBS em 0,1%)

Início do cumprimento das novas obrigações acessórias

O valor do débito da CBS pode ser compensado com PIS e COFINS ou outros tributos federais

2027

Extinção do PIS e Cofins

A CBS passa a ser cobrada efetivamente com alíquota fixada por Resolução do Senado

A alíquota do IPI é zerada e é instituído o Imposto Seletivo (IS)

2029-2032

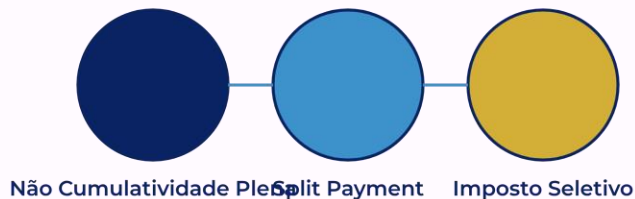
Redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS (10% em 2029, 20% em 2030, 30% em 2031, 40% em 2032)

Aumento proporcional na cobrança do IBS

Pilares da Reforma: Não Cumulatividade Plena e Split Payment

Pilares da Reforma Tributária

Reforma Tributária



Split Payment (Pagamento Fracionado)

Mecanismo em que a parcela referente ao imposto é direcionada diretamente ao fisco no momento da liquidação financeira da transação comercial, sem passar pelo fornecedor.

Funcionamento:

Baseado em tecnologia inteligente que integra dados de transações financeiras (PIX, cartões, boletos) com informações da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

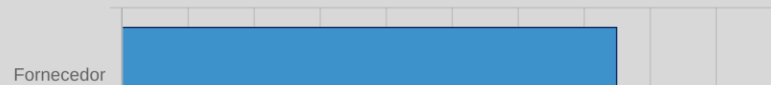
- ✓ Reduz a inadimplência e a sonegação fiscal
- ✓ Simplifica a arrecadação (elimina substituição tributária)
- ✓ Garante o direito a créditos tributários para adquirentes
- ✓ Aumenta a transparência e segurança na arrecadação

Non-Cumulative Full

Garante que o tributo incida apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva, permitindo a compensação do imposto pago nas etapas anteriores.

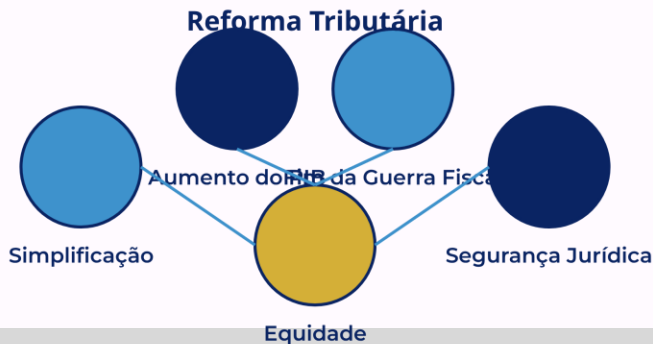
- ✓ Elimina o efeito "cascata" (tributo sobre tributo)
- ✓ Promove maior transparência na apuração tributária

Exemplo de Split Payment em uma Transação

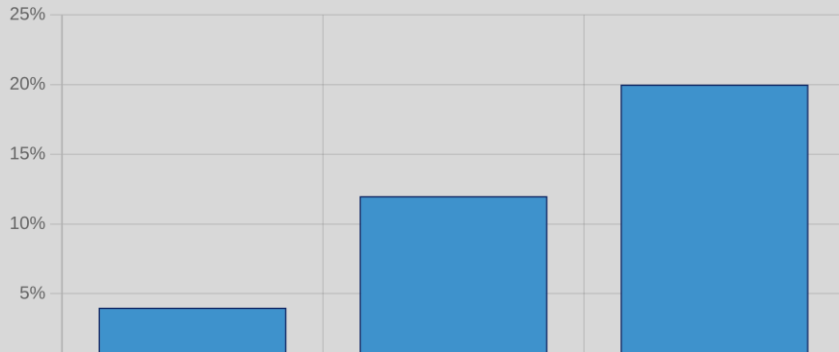


Benefícios Esperados da Reforma Tributária

Principais Benefícios da Reforma Tributária



Impacto Estimado da Reforma no PIB Brasileiro



Simplificação e Redução de Burocracia

A unificação de tributos e a padronização das alíquotas prometem maior previsibilidade e clareza, tanto para empresas quanto para o fisco, além de reduzir custos administrativos.



Aumento do PIB e Produtividade

Estimativas apontam para um aumento do PIB potencial do Brasil em 10% a 20% no longo prazo, impulsionado pela maior produtividade e investimentos em ativos fixos.



Fim da Guerra Fiscal

A mudança da tributação para o destino eliminará as disputas entre estados e municípios, promovendo um ambiente econômico mais estável e atrativo para investimentos.



Maior Segurança Jurídica

A homogeneização das regras e a eliminação de classificações complexas reduzirão a insegurança jurídica e as disputas judiciais.



Equidade e Redistribuição

A reforma busca um sistema mais justo, permitindo diferenciar a carga fiscal para produtos essenciais e viabilizar ajustes na distribuição do ônus fiscal de forma mais equitativa.

Desafios e Impactos para as Empresas na Transição

Principais Desafios da Transição Tributária



Principais Desafios para as Empresas



Gestão Tributária em Regime Paralelo: Operação sob dois sistemas tributários simultaneamente durante o período de transição (2026-2033).



Revisão da Precificação: Novas alíquotas poderão alterar o custo final e impactar as margens de lucro.



Adaptação de Contratos e Compliance: Revisões contratuais necessárias, especialmente em operações de longo prazo.



Capacitação Técnica: Profissionais das áreas fiscal, contábil e jurídica precisarão estar plenamente capacitados.



Impacto no Fluxo de Caixa (Split Payment): Retenção automática do imposto afetando o capital de giro.



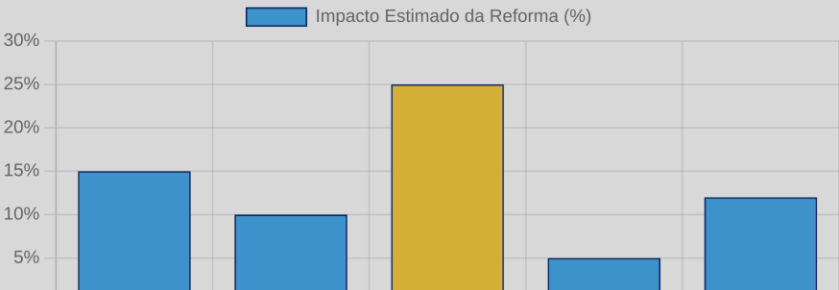
Investimentos em Tecnologia: Necessidade de integrar sistemas de arrecadação e fiscalização em tempo real.



Risco de Penalidades: O descumprimento das novas regras

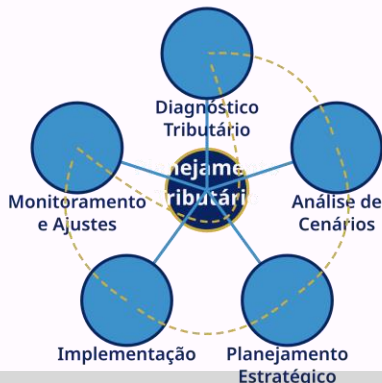
Impacto Estimado por Setor

Setor de serviços com maior impacto devido à alíquota de 25% vs. atual 5,65%



Planejamento Tributário: Um Imperativo Estratégico

Ciclo do Planejamento Tributário Estratégico



💡 O Que é Planejamento Tributário?

Conjunto de medidas contínuas que visam a economia de tributos, de forma legal, levando em conta as possíveis mudanças de regras tributárias. Não se trata de sonegação fiscal, mas sim de uma análise estratégica das opções legais disponíveis.

⚖️ Elisão vs. Evasão Fiscal

Elisão Fiscal: Planejamento tributário legítimo, utilizando meios legais para reduzir a carga tributária.

Por Que o Planejamento Tributário é Essencial?



Competitividade

Em um mercado altamente competitivo, a carga tributária pode representar até 33% do faturamento. O planejamento tributário eficiente pode ser o diferencial entre lucro e prejuízo.



Segurança Jurídica

Evita contingências fiscais e reduz riscos de autuações, proporcionando maior previsibilidade e estabilidade para as operações empresariais.



Fluxo de Caixa

Otimiza o fluxo de caixa através da gestão eficiente de créditos tributários e do aproveitamento de benefícios fiscais disponíveis.



Adaptação às Mudanças

Permite antecipar-se às alterações legislativas, como a atual reforma tributária, minimizando impactos negativos e maximizando oportunidades.

Economia Tributária Potencial

Estratégias de Planejamento Tributário para a Nova Realidade Fiscal

Estratégias de Planejamento Tributário

Fluxo de Implementação das Estratégias



1 Mapeamento e Análise Preliminar

Identificar os tributos atuais, seu impacto no faturamento e onde a carga é maior. Realizar simulações de cenários para prever impactos da reforma.

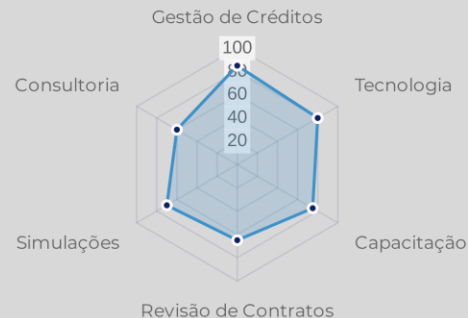
2 Revisão do Regime Tributário

Reavaliar se o Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real continuará sendo o mais vantajoso com as novas regras.

3 Gestão de Créditos Tributários

Com o IVA, a recuperação de créditos será ampliada. Empresas organizadas fiscalmente podem aproveitar ao máximo.

Prioridades Estratégicas para 2025-2026



5 Adaptação de Processos e Tecnologia

Investir em sistemas ERP, fiscais e automação para dados precisos e conformidade. Capacitar a equipe para a nova escrituração.

6 Consultoria Especializada

Contar com apoio jurídico e contábil especializado é crucial para navegar nesse ambiente em evolução.

7 Análise Contratual e Controle de Fornecedores

Revisar contratos para conformidade com o novo regime e garantir que os créditos possam ser utilizados.

8 Documentar um Plano de Transição

Conclusão: Preparando o Futuro com Inteligência

Preparação para a Nova Realidade Tributária

Jornada de Adaptação à Reforma Tributária



A reforma tributária não é apenas uma mudança de regras, mas uma oportunidade de repensar estrategicamente o negócio. As empresas que se prepararem adequadamente não apenas sobreviverão à transição, mas sairão fortalecidas em um ambiente de maior segurança jurídica e competitividade.

— Especialistas em Planejamento Tributário



Comece Agora

Embora a implementação completa ocorra apenas em 2033, as empresas devem iniciar o planejamento imediatamente para garantir uma transição suave e aproveitar as oportunidades que surgirão.



Vantagem Competitiva

As empresas que se adaptarem rapidamente às novas regras terão vantagem competitiva significativa, podendo otimizar sua carga tributária enquanto concorrentes ainda estiverem se ajustando.



Equipe Multidisciplinar

A complexidade da reforma exige uma abordagem multidisciplinar, envolvendo profissionais das áreas fiscal, contábil, jurídica, financeira e de TI trabalhando em conjunto.



Oportunidade de Inovação

A reforma tributária pode ser um catalisador para a modernização de processos e sistemas, permitindo que as empresas repensem suas operações de forma mais eficiente e inovadora.

Fontes e Referências

Legislação e Documentos Oficiais

BRASIL. Emenda Constitucional nº 132, de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.

BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2024.

Artigos Acadêmicos

AFONSO, José Roberto Rodrigues et al. Guerra Fiscal do ICMS: Organizar o Desembarque. RDIET, 2017.

MOREIRA, André Mendes. A não cumulatividade dos tributos. Revistas.apet.org.br, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. Fundamentos do Planejamento Tributário. Rev. Dir. Trib. Atual, 2021.

SCHOUERI, Luís E. Planejamento Tributário e a Legalidade. Rev. Dir. Tributário, 2019.

TEIXEIRA, Alexandre Alkmim. To Split or not to Split: o Split Payment como Mecanismo de Recolhimento de IVA. Rev. Dir. Trib. Atual, 2022.

Artigos e Publicações Especializadas

APPY, Bernard. Uso de tecnologia inteligente é uma das principais características do split payment. Gov.br, 2024.

ASIS Tax Tech. Planejamento Tributário um aliado na Reforma Tributária. ASIS Tax Tech, 2025.

Cogo, D. A. et al. Planejamento tributário em empresas do comércio. Rev. Científica, 2025.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Em defesa de um IVA nacional versão 3.0. Jota, 2015.

SILVA, Giovanni P. Personalização do IVA para o Brasil. Plataformapoliticasocial.com.br, 2018.

Materiais Audiovisuais e Outros

Contábeis. Planejamento tributário: estratégias e oportunidades para 2025. YouTube, 2024.

UNIVESP. Planejamento Tributário - Planejamento Tributário Clássico. YouTube, 2024.

UNIVESP. Planejamento Tributário - Tópicos sobre o Novo Sistema Tributário Nacional. YouTube, 2024.

Nota de Agradecimento

Esta apresentação foi desenvolvida com base em pesquisa extensiva. Agradecemos a todos os autores e instituições cujos trabalhos contribuíram para este material.